

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E NO TRABALHO DOCENTE

SANTOS, ANDERSON ORAMÍSIO - UFU - andersonora@bol.com.br

GIMENES, Oliria Mendes – PPGED/UFU - omgudi@yahoo.com.br

ET: Desenvolvimento profissional e trabalho docente / nº 02

O presente trabalho visa provocar discussões sobre os processos de avaliações sistêmicas como PAAE, PROEB e SIMAVE, bem como a política educacional do Estado de Minas Gerais, como fatores influenciadores da atuação do professor na educação básica.

Por meio de estudo bibliográfico sobre as avaliações institucionais e da legislação educacional brasileira, faz-se necessário suscitar algumas questões sobre o papel do professor frente às avaliações institucionais e como vem sendo pressionado a contribuir para com a melhoria dos índices da escola.

Nesse contexto, estão presentes fatores influenciadores no trabalho docente que atuam na educação básica, conseqüentemente, no desenvolvimento desses profissionais, sendo que as políticas de avaliações externas, juntamente com seus ideais, mobilizam gestores, professores, alunos e famílias.

Segundo Vidal (2003) a avaliação não é um tema desconhecido por nenhum professor, pelo contrário, a avaliação sempre fez parte do contexto pedagógico, das aprendizagens em sala de aula. Nesse sentido, a autora considera avaliação como um instrumento inseparável da prática pedagógica, por meio do qual é possível o professor acompanhar o progresso de seus alunos, analisar o desenvolvimento do trabalho escolar, assim como o seu próprio desempenho.

Na LDN nº 9.394/96 as avaliações externas são enfatizadas por recomendação de instituições internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como sendo uma das formas de verificar se o currículo oficial está sendo cumprido (VIDAL, 2003).

Não obstante, vários estados criaram sistemas de avaliação externa, a nível estadual, com objetivos semelhantes ao nacional, afirmando não terem a intenção de avaliar o trabalho docente, mas sim a realidade educacional do estado e/ou município. Cabe aqui um alerta no que diz respeito ao que supostamente possa

estar por detrás dessa atitude, ou seja, qual o sentido de mais um sistema de avaliação? O nacional não é suficiente?

Segundo alguns autores, como Bonamino et al (1999), Fontanive (2000), Klein (2000), as avaliações sejam internas sejam externas, são importantes no diagnóstico da realidade escolar, qualidade do ensino (professor) e aprendizagem (dos alunos), bem como no diagnóstico da realidade da educação no país, em seus vários aspectos.

No contexto mundial, as avaliações institucionais surgem como uma busca de “equiparação” tanto da abrangência e permanência do aluno nas escolas, como da qualidade do ensino e da aprendizagem. Em nosso país foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que compartilha espaço com as avaliações estaduais (RIBEIRO e Kaloustian, 2002), realizadas sistematicamente em estados brasileiros, como Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação e Desporto – MEC é uma avaliação que coleta dados sobre alunos, professores diretores de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Ele está em execução desde 1990, sendo aplicado a cada dois anos, avaliando o desempenho dos alunos brasileiros do quinto e do nono ano do Ensino Fundamental, bem como os do terceiro ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, como foco em leitura e, Matemática com foco em resolução de problemas (BRASIL, 2003).

A partir das informações do Saeb, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas para a correção de distorções e debilidades, identificadas e direcionar seus recursos técnicos e financeiros para áreas prioritárias, visando o desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes.

Dessa forma, o Saeb tem como objetivo oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas, contribuindo, para a ampliação da qualidade do ensino brasileiro. Os resultados são divulgados em nível nacional e por região, estado, localização (capital, interior), zona geográfica (urbano, rural), dependência administrativa (estadual, municipal, federal e particular) (BRASIL, 2003).

Os resultados englobam tanto os relacionados com o desempenho dos alunos quanto os referentes às variáveis da escola, do diretor, do professor, dos hábitos de estudo e das condições socioculturais dos alunos.

Neste ponto é preciso fazer uma advertência para as questões que envolvem o professor no contexto das avaliações institucionais. Os resultados alcançados são devidamente publicizados e, geralmente questionados, principalmente, se estes forem a baixo do esperado, recaindo sempre no professor. Ou seja, o professor sempre é chamado a prestar contas sobre o índice, que ele, partícipe da escola, ajudou a compor.

Sobre essa situação a que fica exposto o professor da educação básica, compromete o seu desenvolvimento profissional e, com isso, influencia a sua prática pedagógica, no sentido de que sempre estará executando o seu trabalho, relacionando às avaliações institucionais e não de acordo com suas concepções de educação, de escola, de aluno.

Assim sendo, as avaliações educacionais em larga escala, de forma geral, permitem a produção de indicadores educacionais únicos, que dizem respeito à qualidade da educação ofertada à população e ao conteúdo efetivamente aprendido em sala de aula. Ainda não foi pensado em outro modo de obter informação desse tipo e de tal relevância para o planejamento de políticas educacionais. Porém, a avaliação é entendida como um indispensável elemento de reflexão sobre as políticas, práticas e ações implementadas no âmbito do sistema educacional (BRASIL, 2003).

Segundo o Ministério da Educação e Desporto (BRASIL, 2003), os resultados das avaliações, sejam elas locais, regionais ou mesmo nacionais, são informações qualificadas, postas à disposição de pesquisadores, de educadores, gestores e planejadores, a quem compete à reflexão sobre o panorama educacional e a tomada de decisões que dizem respeito tanto ao fortalecimento de medidas que se mostraram eficazes na melhoria da qualidade educacional, quanto às mudanças que acreditam necessárias para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem.

No contexto das avaliações institucionais mantidas pelo MEC, a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais mantém uma proposta curricular, denominada Conteúdo Básico Comum, o CBC. Essa proposta foi regulamentada por meio da Resolução 666, de 07 de abril de 2005, que dimensiona um sistema de avaliação no estado, denominado de SIMAVE (MINAS GERAIS, 2008).

Além do SIMAVE, a Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, adota outras políticas complementares de tais proposições, diminuindo as diversidades e contribuindo para uma padronização do sistema mineiro. O PAEE é um destes sistemas de avaliação adotado no Estado de Minas Gerais.

Outro sistema comumente usado em nosso estado consiste em envolver e compensar o professor pelo trabalho com o Conteúdo Básico Comum, o CBC. Na apresentação do CBC de todas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, faz-se saber que esses conteúdos serão utilizados como as bases para a avaliação das escolas, professores e para proposição de metas com o fim de melhorar o desempenho das escolas da rede estadual mineira (MINAS GERAIS, 2001). Essa informação é significativa, pois tem relação com as avaliações de rendimento a que as escolas estaduais estão sendo sujeitadas.

A SEE/MG faz uso dos resultados das escolas nas avaliações do SIMAVE, vinculando-os às políticas destinadas à Educação (MINAS GERAIS, 2008). Uma delas está atrelada ao incentivo de produtividade, em que a partir dos índices alcançados pela escola, os professores que nela atuam, são “estimulados” a melhorarem o seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem com uma espécie de remuneração compensatória. Outra política, diz respeito à avaliação de desempenho do professor, que responde a um instrumental contendo perguntas diversas, e específicas à sua atuação. Esse instrumental é acompanhado pelo diretor da escola.

Nesse sentido, foi percebido que os resultados dessas avaliações transcendem as proposições para as avaliações sistêmicas com incentivo salarial e ingresso e manutenção de escolas em projetos específicos ou globais, que na íntegra buscam melhorar o ensino e a aprendizagem. Observa-se ainda, que diferentes questões cercam os processos avaliativos, entre os quais, o estigma de que a avaliação é apenas um instrumento para classificar e rotular as pessoas em aptas ou não, pessoas competentes ou não, boas ou más. A análise de dados por meio do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) – permite às escolas da rede pública estadual obter dados necessários para uma reflexão do seu processo de ensino e aprendizagem, respondendo às necessidades de planejamento e ação educacionais, servindo à realidade da sala de aula e influenciando a definição de políticas públicas para a educação em Minas Gerais.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico**. Brasília: MEC/INEP: ENEM 2003.

BONAMINO, A.; BESSA, N. e FRANCO, C. (Orgs.). **Avaliação da Educação básica**: pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004.

FONTANIVE, N. O uso pedagógico dos testes. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Vozes: Petrópolis, 2000.

KLEIN, R. Como está a Educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, n. 51, v. 14, p.139-171, abr./jun. 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria da Educação de Minas Gerais. **Escola Sagarana**: Educação para a vida com dignidade e esperança. Belo Horizonte: Coleção Lições de Minas/SEE/MG, 2001.

_____. Secretaria do Estado da Educação. **Conteúdos Básicos Comuns – CBC**: Ensino Fundamental e Médio: Proposta curricular. Belo Horizonte: SEE/MG, 2008.

RIBEIRO, V. M. e KALOUSTIAN, S. (Coord). **Indicadores da qualidade na Educação**. Brasília: INE P, 2005.

VIDAL, Vera Maria, *et al.* **Avaliação Institucional**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003.